

Após atraso, Prefeitura rompe contrato do Hospital de Arujá



A unidade deveria ter sido concluída em janeiro de 2026, mas segue inacabada; município contratou vigilância emergencial para proteger o canteiro enquanto não informa quando os trabalhos serão retomados. Antes mesmo do rompimento, o Hospital Geral já aparecia na ferramenta de acompanhamento de obras atrasadas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

PAG. 05



PortaL
Restaurante & Choperia

PEÇA PELO LINK DA BIO!

(11) 93960-1477
(11) 4657-5795

Av. Coronel Bertoldo, 1355
Santa Isabel - SP
(Ao lado do Portal Turístico sentido Rodovia Pres. Dutra)

COM ARROZ, BISTECA DE PORCO, TORRESMO, COUVE REFOGADA, FAROFA E VINAGRETE.

Combater o discurso de ódio é proteger a democracia

EDITORIAL

O avanço de grupos extremistas no Brasil deixou de ser um fenômeno restrito às margens da sociedade. Quando um levantamento aponta crescimento de 270% no número de células neonazistas entre 2019 e 2021, o país precisa reconhecer que está diante de um problema concreto, organizado e capaz de ameaçar tanto grupos vulneráveis quanto as próprias instituições democráticas.

Nesse contexto, a atuação do Observatório Nacional de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Neonazismo, ligado ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, representa uma iniciativa necessária. A missão realizada em Belém, assim como as ações promovidas anteriormente em outras regiões do país, contribui para compreender como o extremismo se manifesta em diferentes territórios e quais respostas podem ser construídas pelo poder público.

O enfrentamento desse problema não pode depender apenas de ações pontuais, realizadas após episódios de violência ou de discriminação. É indispensável desenvolver políticas permanentes de prevenção, monitoramento e responsabilização. Isso exige articulação entre educação, cultura, direitos humanos, segurança pública, justiça e participação social.

A educação ocupa um papel decisivo nesse processo. O extremismo cresce onde encontra desinformação, intolerância, isolamento e ausência de referências democráticas. Escolas, universidades e projetos culturais precisam estar preparados para promover o respeito às diferenças, o pensamento crítico e a valorização dos direitos humanos.

Também é necessário enfrentar a disseminação do ódio no ambiente digital. As redes sociais ampliaram a velocidade e o alcance de mensagens racistas, misóginas, capacitistas, homofóbicas e autoritárias. Muitas vezes, essas publicações são apresentadas como simples opiniões, quando, na prática, incentivam perseguições, ameaças e violência contra determinados grupos.

A liberdade de expressão é um direito fundamental, mas não pode ser confundida com autorização para agredir, discriminar ou ameaçar. Uma sociedade democrática deve proteger o debate, inclusive o contraditório, sem permitir que esse direito seja usado como escudo para práticas criminosas ou para a defesa da supremacia de determinados grupos sobre outros.

Por isso, a proposta de criação de uma política nacional de enfrentamento ao extremismo

e ao discurso de ódio precisa avançar com transparência, critérios jurídicos claros e ampla participação da sociedade civil. A regulamentação e o monitoramento não podem se transformar em instrumentos de censura ou perseguição política, mas também não podem ser tão frágeis a ponto de permitir que organizações extremistas atuem livremente.

O relatório previsto pelo Observatório para dezembro de 2026 terá a responsabilidade de apresentar não apenas um diagnóstico, mas caminhos efetivos para a atuação do Estado. Mapear grupos, identificar padrões de radicalização e compreender o papel das plataformas digitais são etapas fundamentais. Entretanto, o verdadeiro resultado será medido pela capacidade de transformar esses dados em prevenção, proteção e responsabilização.

O combate ao neonazismo e a outras formas de extremismo não é uma pauta exclusiva de um partido, de uma ideologia ou de um grupo social. Trata-se de uma responsabilidade democrática. Quando o ódio é normalizado, toda a sociedade perde. Quando o Estado, as instituições e a população se unem para enfrentá-lo, preservam-se direitos, vidas e a própria possibilidade de convivência em um país plural.

Vacinas contra covid-19 serão atualizadas contra novas variantes

MEDIDA PREVÊ MELHORAR RESPOSTAS IMUNOLÓGICAS



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou um conjunto de atualizações para as vacinas contra a covid-19. A medida prevê melhorar a resposta contra variantes novas em circulação no país.

A Instrução Normativa que trata do assunto foi publicada na última quinta-feira (9) no Diário Oficial da União.

A norma aprovada diz que as vacinas precisam ser monovalentes, ou seja,

ter resposta imunológica contra uma linhagem específica do vírus SARS-CoV-2 em circulação. Também devem conter a variante LP8.1 como antígeno preferencial. Derivados da cepa JN.1, como XFG ou NB.1.8.1, são permitidos “desde que demonstrem respostas de anticorpos neutralizantes amplas e robustas”.

Vacinas registradas e produzidas antes desta norma, e as que já foram distribuídas no país po-

derão ser utilizadas em até nove meses. Depois desse prazo, estão proibidas.

As novas regras foram estabelecidas na 12ª Reunião Ordinária Pública da Diretoria Colegiada da Anvisa. A justificativa apresentada no encontro é de que registros recentes apontam dezenas de casos de síndrome gripal associados à doença, o que reforça a necessidade de manutenção de estratégias de vacinação atualizada no país.



Empresário é morto a tiros dentro de empresa em Arujá

EX-SÓCIO É APONTADO COMO PRINCIPAL SUSPEITO

O empresário Victor Hugo Fabotti Delgado foi morto a tiros na tarde de terça-feira (7), dentro de uma empresa de reciclagem localizada na Avenida Takara Belmonte, em um condomínio industrial de Arujá. A vítima chegou a ser socorrida, mas não resistiu aos ferimentos.

Segundo a Polícia Civil, o principal suspeito do crime é Vanderson de Lima Macedo, ex-sócio de Victor Hugo. A principal linha de investigação aponta que o homicídio pode ter sido motivado por um desacordo comercial envolvendo um negócio realizado no Rio de Janeiro e uma possível dívida financeira.

De acordo com o boletim de ocorrência, Vanderson procurou inicialmente o empresário em outra unidade da empresa, localizada na Avenida Londres. Como Victor Hugo não estava no endereço, o suspeito seguiu para a unidade da Avenida Takara Belmonte.

No local, Victor Hugo teria autorizado a entrada do ex-sócio. Um vigilante relatou à polícia que os dois conversaram durante aproximadamente 20 minutos no pátio da empresa.

Segundo o depoimento, a conversa ocorreu de maneira tranquila, sem discussões, ameaças ou alteração dos ânimos. Ao final do encontro, no entanto, Vanderson teria sacado uma pistola e efetuado dis-

paros contra o empresário.

Ao perceber a arma, o vigilante correu para fora da empresa. Ainda conforme o relato, o suspeito deixou o local logo depois, apontando a pistola em direção ao funcionário, e fugiu em uma caminhonete.

Após a fuga, o vigilante retornou ao pátio e encontrou Victor Hugo caído, ferido e ainda com vida. O empresário foi socorrido por um funcionário e encaminhado ao Hospital e Maternidade Ipiranga, em Arujá, mas não resistiu aos ferimentos.

Funcionários da empresa também informaram que ouviram os disparos durante a conversa. Ao se dirigirem ao local, encontraram a vítima caída.

Imagens das câmeras de segurança da em-

presa foram entregues à Polícia Civil. Os registros mostram parte da fuga e, juntamente com os depoimentos prestados por funcionários e por um sócio da vítima, ajudaram na identificação do suspeito.

O delegado Thiago Martins Guimarães, responsável pela investigação, informou que a possível motivação do crime está relacionada a um desacordo comercial entre a vítima e o ex-sócio.

Vanderson de Lima Macedo não havia sido localizado até a conclusão do boletim de ocorrência e era considerado foragido. A defesa do suspeito também não havia sido localizada para comentar o caso.

O homicídio foi registrado na Delegacia de Arujá e será investigado pela Polícia Civil.



**NÃO PASSE VERGONHA,
ECONOMIZE!**

Na Ultrafarma é muito mais barato!

É verdade. Eu garanto!

COMPRE PELO SITE OU APP VISITE NOSSAS LOJAS ENTREGA EM TODO BRASIL 2% OFF NO PIX ATÉ 5% DE CASHBACK NO CLUBE SIDNEY OLIVEIRA

Início de financiamentos do Move Brasil é adiado

PARA 27 DE JULHO

O início dos financiamentos do programa Move Brasil, Entregadores e Motoapps foi adiado em duas semanas, para 27 de julho.

A linha de crédito estava prevista para a próxima segunda-feira (13) e é destinada à compra de motos e bicicletas por quem usa esses veículos como instrumento de trabalho.

Segundo o governo, a mudança no cronograma foi necessária para concluir testes tecnológicos e operacionais entre os sistemas envolvidos.

Com o adiamento, os trabalhadores aptos ao programa poderão procurar os bancos participantes somente a partir de 27 de julho para pedir o financiamento.

A análise dos pedidos será feita pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil e por outras instituições financeiras credenciadas.

O programa é voltado para profissionais que usam motocicletas ou bicicletas como ferramenta de trabalho. Podem participar: entregadores por aplicativo que utilizam bicicleta; entregadores por aplicativo que utilizam motocicleta; motofretistas; mototaxistas; trabalhadores com vínculo formal de emprego ou atuação por plataformas digitais.

O primeiro passo é realizar o cadastro na plataforma gov.br/movebrasil. Após a inscrição, o governo verifica se o trabalhador atende aos critérios estabelecidos pelo programa.

A aprovação do cadastro, no entanto, não garante automaticamente a liberação do crédito. O financiamento dependerá da análise realizada pela instituição finan-

ceira escolhida, que avaliará critérios como capacidade de pagamento e histórico de crédito do solicitante.

Cada beneficiário poderá financiar um único veículo zero-quilômetro, sem necessidade de pagamento de entrada. As opções disponíveis incluem: bicicleta elétrica; motoneta; ciclomotor; motocicleta elétrica; motocicleta flex.

Os modelos deverão atender às regras definidas pelo programa.

CONDIÇÕES DO CRÉDITO: O financiamento contará com garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), mecanismo utilizado para reduzir o risco das operações e facilitar a concessão do crédito aos trabalhadores.

As principais condições são: sem entrada; financia-

mento de um veículo por beneficiário; prazo de pagamento de até 48 meses; carência de dois meses para o início das parcelas.

POR QUE HOVE ADIAMENTO?: De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indús-

tria, Comércio e Serviços (Mdic), o prazo adicional será utilizado para concluir a integração entre os sistemas dos órgãos públicos e das instituições financeiras.

O objetivo é evitar falhas durante a contratação e garantir que o atendi-

mento aos trabalhadores ocorra de forma segura desde o início das operações.

Dessa forma, o programa passa a iniciar efetivamente no próximo dia 27, quando os trabalhadores com cadastro aprovado poderão procurar os bancos para pedir o financiamento.



HÁ UMA DÉCADA CUIDANDO DA SEGURANÇA DE GUARAREMA

24 HORAS
POR DIA

7 DIAS POR
SEMANA

365 DIAS
POR ANO

Desde 2016, o CSI é referência no estado de São Paulo e atua sem parar

NÚMEROS QUE IMPRESSIONAM

CERCA DE
300
CÂMERAS

Monitorando
escolas, vias
públicas, áreas
centrais e pontos
estratégicos.

MAIS DE
6,5 MIL
OCORRÊNCIAS ACOMPANHADAS

PREFEITURA DE
Guararema

Após atraso, Prefeitura rompe contrato do Hospital de Arujá

PARALISAÇÃO

A construção do Hospital Geral de Arujá entrou em uma nova fase de incerteza após a Prefeitura rescindir unilateralmente o contrato com a empresa responsável pela execução da obra.

A Multisul Engenharia S/S Ltda. havia sido contratada por R\$ 57.774.932,23 para construir a unidade hospitalar na Avenida Major Benjamin Franco, no Centro. O rompimento foi oficializado no Diário Oficial de 2 de junho, por meio do Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo nº 3.474/2022.

A decisão ocorreu após o encerramento do prazo previsto para a entrega do hospital. De acordo com o contrato, a empresa teria 36 meses para concluir os serviços, contados a partir da Ordem de Serviço, assinada em 30 de janeiro de 2023.

Com isso, a obra deveria ter sido entregue em 30 de janeiro de 2026. Meses depois, o prédio permanece inacabado, sem que a Prefeitura tenha informado um novo prazo para a conclusão.

A rescisão contrasta com declarações feitas pelo prefeito Luis Camargo (PSD) no início deste ano.

Durante entrevista, o prefeito afirmou que a estrutura física do Hospital Geral seria entregue à população até dezembro de 2026.

Segundo ele, a instalação dos equipamentos e a estruturação interna da unidade ficariam para o

ano seguinte.

A expectativa apresentada pelo chefe do Executivo, no entanto, passou a ser questionada após o rompimento com a construtora. Até agora, a administração municipal não informou se pretende manter o cronograma anunciado.

Também não há informações sobre a abertura de uma nova licitação ou sobre o modelo que será adotado para concluir os serviços restantes.

O documento publicado pela Prefeitura não apresenta os fatos específicos que levaram ao encerramento do contrato.

A publicação menciona a Cláusula 12, que permite à administração rescindir unilateralmente o acordo em casos como atraso na execução, paralisação dos trabalhos, descumprimento contratual, erros recorrentes ou lentidão que comprometa a conclusão da obra.

No entanto, o município ainda não informou qual dessas situações ocorreu no contrato com a Multisul.

Também não foram divulgados dados atualizados sobre o percentual executado da construção nem o valor total pago à empresa até o momento da rescisão.

OBRA JÁ ERA CONSIDERADA ATRASADA: Antes mesmo do rompimento, o Hospital Geral já aparecia na ferramenta de acompanhamento de obras atrasadas

do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Em julho de 2025, reportagem do g1 informou que a construção estava com cerca de 27% de execução, segundo dados fornecidos pela própria Prefeitura.

Na ocasião, o município atribuiu o atraso à necessidade de alterações nos projetos. Entre

elas estavam mudanças no sistema de ar-condicionado, adequações às normas técnicas pós-pandemia, revisões na terraplenagem e reprogramações solicitadas pela Caixa Econômica Federal, responsável pelo convênio.

Apesar dessas dificuldades, a Prefeitura informou que o prazo

contratual não havia sido prorrogado e que a entrega continuava prevista para janeiro de 2026.

A data passou sem que o hospital fosse concluído.

VIGILÂNCIA EMERGENCIAL: Com o contrato da obra encerrado e sem definição pública sobre a retomada dos serviços, a Pre-

feitura contratou uma empresa para realizar a segurança do local.

A dispensa de licitação foi publicada no Diário Oficial de 2 de julho. A empresa Atalia Ltda. receberá R\$ 150 mil para prestar o serviço de vigilância patrimonial durante seis meses.

A contratação tem como objetivo proteger o canteiro, os materiais e os bens públicos existentes no imóvel contra furtos, invasões e atos de vandalismo.

A medida indica que o município trabalha com a possibilidade de o local permanecer sem atividade regular por um período ainda não informado.

Além do contrato com a construtora, a Prefeitura também firmou um acordo para o gerenciamento e a fiscalização técnica do empreendimento.

A Saeid Engenharia Ltda. foi contratada por R\$ 2.490.870,54 para acompanhar o andamento da obra, analisar medições, verificar a qualidade dos serviços e monitorar o cronograma.

A administração municipal não informou se a empresa apresentou relatórios sobre atrasos, falhas na execução ou outros problemas que possam ter contribuído para a rescisão.

Também não foi esclarecido se o contrato de fiscalização permanecerá ativo durante a paralisação ou após a contratação de uma nova construtora.



Congresso aumenta punição a crimes sexuais online contra crianças

TEXTO APROVADO NO SENADO VAI A SANÇÃO PRESIDENCIAL

O Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) 3066/2025 que aumenta a punição a crimes de violência sexual digital contra crianças e adolescentes. O projeto já havia passado pela Câmara e segue para sanção presidencial.

O projeto amplia a autorização de infiltração policial no meio virtual e prevê aumento de pena nos crimes contra criança e adolescente praticados nos meios digitais.

O texto também aumenta a pena do aliciamento quando houver uso de inteligência artificial (IA), deepfake, perfis falsos, promessa de vantagem ou aproveitamento de relação de confiança.

“As estatísticas indicam que as penas atualmente previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente não têm sido suficientes para prevenir os delitos de

abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, especialmente vulneráveis no ambiente digital”, afirmou o relator, senador Fabiano Contarato (PT-ES), sem seu parecer.

Ele ainda citou dados da Organização Não-Governamental (ONG) Safernet Brasil sobre denúncias, informações que respaldam seu relatório. “Entre janeiro e julho de 2025, foram registradas 49.336 denúncias anônimas de abuso e exploração sexual infantil, representando um aumento de 18,9% em relação ao mesmo período de 2024,” conforme dados da Safernet Brasil.

PENAS: Para os crimes de produção, reprodução, direção, fotografia, filmagem ou registro de conteúdo de violência sexual contra criança ou adolescente, assim como a sua venda ou exposição, a

pena passa de 4 a 8 anos de reclusão e multa para 4 a 10 anos de reclusão e multa.

A pena é aumentada em um terço se a venda ou exposição ocorrer por meio da internet e das redes sociais.

Além destas medidas, o PL aumenta a punição para quem oferece, troca, disponibiliza, transmite, distribui, publica ou divulga material de violência sexual contra criança ou adolescente. A pena nestes casos passa de 3 a 6 anos de reclusão e multa para 4 a 10 anos de reclusão e multa.

A pena atual para quem adquire, possui ou armazena esse tipo de material é 1 a 4 anos de reclusão e multa. O projeto aumenta essa punição para 3 a 6 anos de reclusão e multa.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O uso de inteligência artificial na prática dos

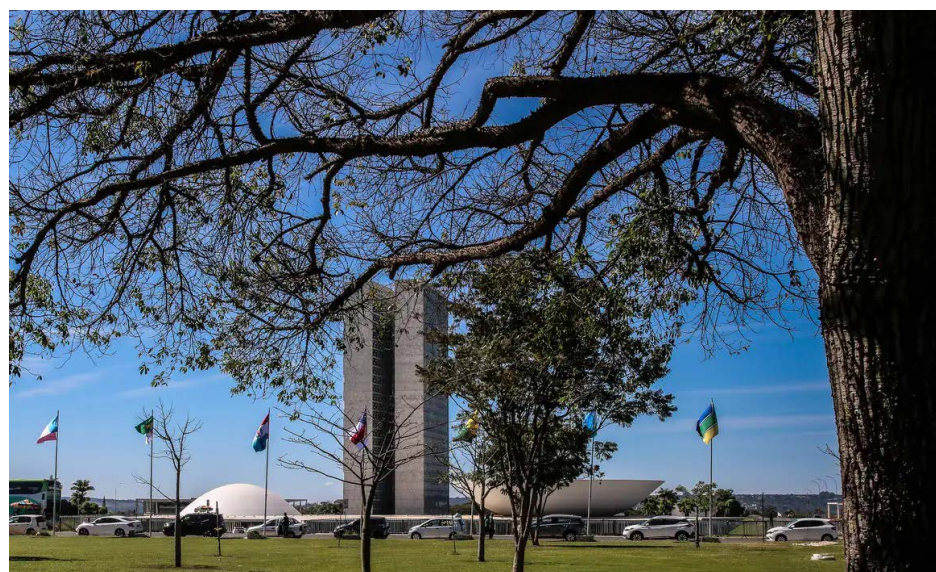
crimes aumenta as penas de um terço a dois terços. Esse aumento de penas também é aplicado no uso de deepfake (quando a tecnologia simula de forma realista o rosto e a voz de uma pessoa), perfis falsos, jogos online e redes sociais para aliciamento de crianças e

adolescentes.

Quando uma pessoa se aproveita de uma relação de convivência pessoal, autoridade, cuidado ou convivência familiar para praticar violência contra a criança ou adolescente, a pena também aumenta de um terço a dois terços.

PROTEÇÃO: Além da

repressão penal, o projeto contém medidas de proteção às vítimas. O texto prevê que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual terão direito a atendimento psicológico e psicossocial individual, especializado, contínuo e integral.



Lipedema e Celulite têm tratamento!



O Velaryan é um equipamento exclusivo que, já na primeira sessão, reduz inflamações e gordura, melhora a circulação e alivia a dor do lipedema.

Ele estimula a circulação, diminui celulite, firma a pele, elimina toxinas e reduz retenção de líquidos tudo sem dor ou agulhas, com resultados rápidos e surpreendentes.

AGENDE SEU HORÁRIO!



Mariane Lobo
maison

Publicidade de bets terá aviso sobre risco de dependência e perdas

NOVAS REGRAS AMPLIAM PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR E PREVEEM SANÇÕES

As empresas de apostas esportivas online, as chamadas bets, terão de enquadrar-se em regras mais duras de publicidade, anunciou nesta quinta-feira (9) o ministro da Fazenda, Dario Durigan. As novas normas serão publicadas nesta sexta-feira (10) e passam a valer em 17 de julho. As medidas incluem a obrigatoriedade de advertências nas campanhas publicitárias, restrições às estratégias de marketing e o reforço da fiscalização sobre empresas que atuam de forma irregular.

ALERTAS OBRIGATÓRIOS: Uma das portarias determina que toda publicidade de empresas autorizadas seja acompanhada de mensagens de advertência semelhantes às utilizadas em propagandas de cigarros, bebidas alcoólicas e medicamentos.

As campanhas deverão exibir uma das seguintes mensagens: “Ministério da Fazenda adverte: apostar faz você perder dinheiro”; “Ministério da Fazenda adverte: apostar pode causar dependência”; “Ministério da Fazenda adverte: aposta não é investimento”.

Segundo Durigan, a iniciativa busca ampliar a conscientização da população sobre os riscos associados às apostas.

A segunda portaria, elaborada em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, estabelece novas restrições para as campanhas das empresas autorizadas.

Entre as medidas estão a proibição de apresentar apostas como forma de investimento ou ganho fácil de dinheiro, de criar senso de urgência para estimular apostas e de utilizar comentaristas, especialistas ou in-

fluenciadores para induzir o público a apostar.

“Todos os canais estão sujeitos a essas regras. Todo comentarista está proibido de induzir. Os comentaristas ou especialistas que comentam jogos ou mesas-redondas têm, para algumas pessoas, um tom de autoridade e, ao passar uma informação, também induzem ao jogo”, afirmou o ministro.

Durigan também destacou que o governo pretende impedir o uso de análises técnicas como estratégia de convencimento do apostador.

“Não é lícito nem regular induzir o consumidor a erro misturando o comentário de um especialista, dizendo que a melhor aposta é uma ou que o caminho é aquele, dando um verniz de respaldo técnico”, declarou.

As novas regras ainda proíbem a divulgação de históricos de premiações ou

resultados anteriores capazes de estimular apostas.

“Quando se mostra o histórico de premiação, se oculta o histórico de perdas”, disse.

As campanhas também não poderão direcionar publicidade para crianças e adolescentes.

“Há tolerância zero à publicidade que, de alguma maneira, busque atingir criança e adolescente”, reforçou.

COMBATE ÀS ILEGAIS: Durante a coletiva, Durigan reafirmou que o governo manterá uma atuação rigorosa contra empresas que operam sem autorização no país.

“A gente faz restrições à publicidade de bets no país. Eu não preciso dizer, porque é chover no molhado, a nossa tolerância zero com as ilegais. Então, bet ilegal, em nenhuma medida está autorizada, e nem os publicita-

rios, os veículos de comunicação estão autorizados a veicular qualquer publicidade envolvendo empresa não autorizada a operar no mercado”, afirmou.

Segundo o ministro, a proibição também alcança plataformas e veículos responsáveis pela divulgação das campanhas.

PENALIDADES: Empresas que desrespeitarem as novas regras poderão sofrer sanções administrativas.

As penalidades previstas incluem: multa de até

20% do faturamento da operadora; suspensão das atividades por até 180 dias; cassação da autorização de funcionamento em casos de reincidência grave.

Durigan também apresentou um balanço das ações de fiscalização conduzidas pelo governo desde a regulamentação do setor.

Segundo o ministro: 56 mil sites de apostas ilegais já foram retirados do ar; cerca de 1 mil perfis de influenciadores foram derrubados; aproximadamente 1 milhão

de apostadores tiveram a autoexclusão determinada por estarem em desacordo com as restrições previstas na legislação.

“Houve uma vedação de que beneficiários de programas do governo estão proibidos de acessar. Decisão do STF. E também das pessoas que aderem ao Desenrola”, explicou.

O ministro acrescentou que as próprias empresas autorizadas têm colaborado com denúncias envolvendo operadores clandestinos.



MATRÍCULAS ABERTAS 2026

ANO NOVO, VIDA PROFISSIONAL NOVA!

Se 2026 é o ano da virada para você, a oportunidade está aqui

ESCOLA TÉCNICA

SAÚDE

MANHÃ ou NOITE

R\$ 380

MENSAIS

TARDE

R\$ 310

MENSAIS

CURSO DE AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM

50%

DE DESCONTO NA MATRÍCULA!

☎ (11) 2502-6956 ☎ (11) 97063-2525

Rua Antônio Rodrigues Barbosa, nº 60

Centro - Arujá - SP

09 A 12 JUL


SANTA ISABEL
RODEIO FEST
2026

**VENDAS
LIBERADAS!**

GARANTA JÁ O SEU INGRESSO.

 **guichêweb**

onhead mkt

09.07

**MATOGROSSO
& MATHIAS
MARIANA
FAGUNDES**

10.07

**FERNANDO
& SOROCABA**

11.07

**TEODORO
& SAMPAIO
GUSTAVO MIOTO**

12.07

**ZÉ NETO &
CRISTIANO**



Município de
Santa Isabel

Ação humana é a principal causa de incêndios

JUNHO E OUTUBRO É CONSIDERADA A FASE VERMELHA

De cada 10 incêndios detectados no estado de São Paulo, 9 são provocados por ação humana, de acordo com dados da Defesa Civil do Estado de São Paulo, responsável por ações de treinamento e combate ao fogo em todo o estado.

“De maneira intencional ou acidental, o ser humano é o principal responsável pelos incêndios florestais que atendemos, por isso é necessário que a população tome muito cuidado com fogueiras acesas em região de mata e cigarros jogados ao acaso. As pessoas não têm ideia do tamanho do problema que podem causar.

Os balões também são um risco muito sério que enfrentamos na época de seca”, explicou o capitão Maxwell de Souza, da Defesa Civil de São Paulo.

No ano passado, o Governo de São Paulo alterou a legislação ambiental visando coibir queimadas ilegais, com punições mais severas para a utilização irregular do fogo em áreas rurais. A principal mudança aumenta as penalidades para quem provocar incêndios em áreas produtivas ou vegetação sem autorização, com multas de R\$ 3 mil por hectare atingido, podendo dobrar em casos mais graves, como incêndios em terras indígenas. A legislação anterior previa multa de até R\$ 1,5 mil por hectare.

CUIDADO COM O FOGO: O período entre junho e outubro é considerado a fase vermelha para incêndios por ser a época mais seca do

ano e a mais propensa a focos de queimadas nas matas. Durante a época de estiagem, quem não faz parte de nenhuma brigada especializada pode colaborar adotando alguns cuidados indicados pela Defesa Civil:

CONFIRA ALGUMAS DICAS: Não usar o fogo como agente de limpeza ou para queimar resíduos de poda e lixo; Evite acender fogueiras e velas próximo de matas. Os incêndios se iniciam e propagam rapidamente; Cigarros e

fósforos devem ser apagados e descartados em locais apropriados; A soltura de balões pode provocar acidentes e incêndios. Soltar balões é crime ambiental; Use o fogo somente com autorização da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo; Caso a propriedade receba visitantes, avalie suspender a visitação em dias de risco alto de incêndio; Denuncie soltura e fabricação de balões, queimadas irregulares e incêndios florestais.



5 verdades que toda mulher

precisa saber antes da blefaroplastia

Não existe idade certa. Existe indicação!

O que realmente importa é o excesso de pele, bolsas e o impacto no seu olhar.



Não é sobre mudar seu rosto

A blefaroplastia não altera o formato dos olhos, ela devolve leveza e um aspecto mais descansado.



Vai além da estética

Em muitos casos, a cirurgia também melhora o campo de visão e reduz o peso nas pálpebras.



A cicatriz é discreta

Ela fica posicionada nas dobras naturais da pálpebra, praticamente imperceptível com o tempo.



Agende sua avaliação

Se você sente que seu olhar está mais cansado ou pesado, talvez seja o momento de entender o seu caso.



(11) 91219-8386

CRM SP 211251 / CRM RS 44451



SANTA ISABEL! NÃO É SÓ CORTE, É
EXPERIÊNCIA

CORTE + BARBA NO PADRÃO
CONFORTO ♦ ESTILO ♦ PADRÃO

ATENDIMENTO PREMIUM
DO INÍCIO AO FIM

VOCÊ ENTRA COMUM,
SAI NO PADRÃO

Agende pelo WhatsApp 

♦ Barbearia e Head Spa em Santa Isabel



 (11) 99403-5332 ou (11) 93910-0884

 Av Manoel F. C. Salles, 243 | Santa Isabel-SP